

Sayad nega erros no orçamento

ESTADO DE SÃO PAULO

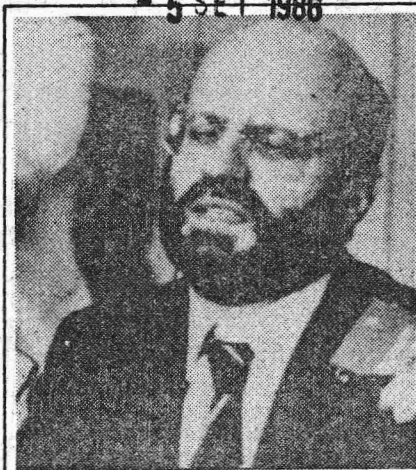
- 5 SET 1986

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

Não houve, absolutamente, nenhum erro ou deslize na elaboração da nova proposta orçamentária da União, que se encontra tramitando no Congresso Nacional — garantiu ontem o ministro João Sayad, do Planejamento, refutando críticas à nova peça orçamentária do governo.

Afirmou o ministro que não se pode concluir que o déficit público para 1987 não é aquele expresso no orçamento, de Cz\$ 99,4 bilhões, e sim de Cz\$ 143,7 bilhões, “porque o governo deixou de considerar os Cz\$ 48,3 bilhões necessários à amortização das dívidas interna e externa”. Segundo Sayad, todo mundo sabe que déficit ou necessidade de financiamento é a necessidade de financiamento líquido, ou seja, é o que se precisa em termos de empréstimo novos. E isto, obviamente, não inclui amortização, independentemente da rolagem.

Sobre outra crítica ao orçamento, de que prevê um crescimento da receita tributária de 11,3%, enquanto o crescimento es-



Sayad: tudo muito claro

19-6-86

perado do PIB (Produto Interno Bruto) é de 7%, diz o ministro que esta é exatamente a intenção do governo. Isto é, fazer com que sua receita fiscal cresça acima do nível de crescimento do produto. Somente assim será possível combater o déficit do governo e, ao mesmo tempo, administrar o crescimento econômico.

Outra questão levantada — para onde vão os Cz\$ 101 bilhões esti-

mados como “outras despesas de capital” — responde Sayad que esta questão é simples. Recorrendo-se às integras entregues ao Congresso nacional, todas as despesas — acrescentou — encontram-se bem especificadas, assinalando-se, inclusive, as metas propostas pelo governo. O dinheiro dessa rubrica vai para a construção de hospitais, de estradas, compra de material para uso da máquina administrativa etc.

A colocação de que o governo reservou pouco para amortizar a dívida interna, apenas Cz\$ 6,9 bilhões, também é contestada pelo ministro. No orçamento unificado, coisas dessa natureza estão muito claras. E Explica: “Nós vamos ampliar a dívida interna em no máximo 6%. Este é o objetivo do governo. Quer dizer, entre o que vence e o que a gente põe de novo, na forma de dívida pública, há um crescimento de 6% no máximo. E isso não é muito pouco. “Vamos emitir, rolar, ou fazer o que?” “Ora, vamos ampliar a dívida interna em 6%, para ser exato, 5,5%. E esse é um objetivo plenamente consistente com as metas do governo.